



III CONISE
III Congresso Internacional
Salesiano de Educação



Direitos Humanos e Formação de Professores:
tensões, desafios e propostas

23/24/25
OUTUBRO/2017

 **UNISAL**
LORENA

Direitos Humanos e Formação Docente: Relato de projeto sobre sexualidade para alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio

Moisés Moreira da Silva

Renata Auxiliadora Tisséo Nogueira

Orientadora: Prof. Me. Neide Aparecida Arruda de Oliveira

RESUMO

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo se dá pela falta de momentos específicos de formação de professores para fazer uma abordagem prática da sexualidade quando se deparam com alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio que necessitam de orientação, já que esse assunto acaba influenciando diretamente no processo de aprendizado de jovens e adolescentes. Subsidiado pelos Direitos Humanos, Parâmetros Curriculares Nacionais e Temas Transversais, este estudo teve como objetivo: orientar aos jovens e aos adolescentes a manutenção de seus direitos, por isso, este estudo apresenta o relato sobre o projeto “Humanidade em Nós”, desenvolvido em uma escola pública do interior de São Paulo. O projeto possibilitou aos educadores identificar demandas sociais dos alunos e tratar de maneira específica cada caso.

Palavras-chave: Sexualidade, Formação de Professores, Direitos Humanos.

ABSTRACT

The article presents the importance of sexuality approach at the school environment, especially in Elementary School and High School, bringing concepts about the theme under the Human Rights, National Curricular Parameters and cross-cutting themes. Intending to clarify the importance of ensure to the young people and teenagers the maintenance of their rights, presents the report about the project called *Humanidade em Nós*, developed in a public school at São Paulo State, when were made talk moments about sexuality among the own students. That resulted in a opened attitude

to speak about sexuality and gender. The project helped teachers to identify social issues from students and hand each case specifically. The justification for this work development is the lack of teacher training about the practical approach to sexuality, that influences directly on youngs and teenagers' learn process.

Key words: Sexuality, Teacher Training, Human Rights

1. Introdução

A discussão em torno dos Direitos Humanos é de extrema importância para a comunidade acadêmica, especialmente para cursos de licenciatura que formam professores que trabalharão diretamente com as crianças e jovens em um dos momentos mais importantes de sua formação acadêmica e pessoal. Formar esses futuros professores e os que já atuam no mercado de trabalho para as questões que envolvem a dignidade humana é essencial para garantir que a criança e o jovem tenham seus direitos assegurados e condições para o desenvolvimento de seu senso crítico.

Um das questões em pauta quando se fala em manutenção dos direitos humanos é a preservação e manutenção das demandas referentes à sexualidade da criança e do adolescente visando a não interferência desse aspecto de suas vidas no desenvolvimento de sua experiência escolar e, posteriormente, acadêmica. O relato que segue tem por objetivo principal proporcionar uma reflexão sobre a sexualidade entre jovens e professores do Ensino fundamental II e Ensino Médio através de uma experiência vivenciada por alunos de uma escola pública do interior de São Paulo.

Também é importante salientar o papel do professor na manutenção dos direitos do estudante, embora as disciplinas tenham suas estruturas tradicionais estabelecidas, cabe ao professor papel de extrema importância na percepção das demandas apresentadas pelos alunos ao longo de suas experiências escolares, colocar as questões de caráter social em meio aos assuntos estudados. A convivência entre aluno e professor proporciona a possibilidade de identificar certas demandas e propor soluções que sejam desenvolvidas ao longo do ano letivo.

Para o aproveitamento efetivo do espaço escolar e da atuação do professor nessa dinâmica é de extrema importância propor a formação do corpo docente das escolas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio para que estejam aptos a administrar os conflitos que podem ser gerados ao longo da formação escolar das crianças e dos jovens das redes de ensino pública ou privada.

Também é objetivo da apresentação deste artigo aumentar o debate dos temas referentes à garantia dos Direitos Humanos dos estudantes para que seja, ao longo do

tempo, tema bastante presente na elaboração dos programas pedagógicos e planejamentos de aula por parte de gestores escolares e professores em geral, visando sempre apresentar inúmeras soluções práticas e possíveis ao cotidiano das escolas através de projetos que possam ser aplicados ao longo da experiência escolar.

A justificativa para o levantamento e pesquisa realizados se dá pela falta de aplicações práticas aos programas pedagógicos oriunda da má formação do professor acerca dos Direitos Humanos da questão dos Temas Transversais citados nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN.

2. Direitos Humanos e Educação

De acordo com Melo (2012), a discussão em torno dos aspectos multiculturais da sociedade iniciou-se com a luta dos negros por igualdade, nos Estados Unidos. Liderados por Martin Luther King e Malcon X, os afro-estadunidenses abriram precedente para que diversas outras questões ganhassem visibilidade, como a luta dos indígenas por suas terras e qualidade de vida, a busca por direitos igualitários pelos homossexuais e a visibilidade de pessoas com deficiências físicas e mentais.

Melo (2012) ainda afirma que os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, definem o Brasil como país onde se encontra grande diversidade cultural, mesmo que nem todas as diferenças tenham sido respeitadas ao longo do tempo. A escola, especialmente, tem sido um lugar onde a discussão sobre a multiculturalidade brasileira é calada, mesmo sendo um lugar onde o fomento de tais discussões deveria acontecer. Mais do que calar, muitas vezes os educadores são agentes disseminadores de preconceitos através de suas atividades cotidianas. Porém, o autor deixa claro que culpar apenas o professor pelo andamento de discussões e reflexões acerca das demandas sociais a partir da escola é minimizar o papel do estado na fomentação de tais discussões.

Para compreender as muitas facetas culturais presentes na sociedade, Cardieri (2011) destaca a importância da leitura, reflexão e debate em torno da Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH. O documento proporciona acesso à complexidade da vida humana em suas diversas necessidades e leva o educador a criar subsídios para a manutenção dos direitos humanos na escola e na sociedade de uma maneira geral. As reflexões dos Direitos Humanos vinculado aos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN levam a comunidade docente a conectar o processo educacional aos fatores sociais que cercam a vida do indivíduo ao longo de sua vida, os chamados Temas Transversais.

Cardieri (2011) também enfatiza a importância de incluir os Temas Transversais como: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual aos programas pedagógicos sem, necessariamente, realizar a disciplinarização dos mesmos, ou seja, incluindo-os de forma natural às discussões das disciplinas que já existem no Currículo Escolar.

O conhecimento da DUDH, dos PCN e conseqüentemente dos Temas Transversais contribuem para o desenvolvimento de estratégias que articulem o processo pedagógico a fim de transformá-lo em ferramenta concreta na formação do estudante enquanto pessoa humana e indivíduo pertencente a um contexto social.

3. Abordagem da sexualidade na escola

Meinerz (2012) explica que as discussões sobre sexualidade no Brasil e no mundo foram impulsionadas pela proliferação do vírus da Aids em meados da década de 1980. Esses estudos também possibilitaram uma maior abertura para que fossem discutidas questões relacionadas ao homossexualismo, uma vez que a doença citada atingia naquela época, em sua maioria, homens de prática homossexual.

Para Torres (2013), as noções de sexualidade humana presentes na sociedade e, portanto, na escola baseiam-se nas ideias difundidas pelo judaísmo, helenismo e cristianismo, que sempre reforçaram os conceitos heterossexistas. Tais noções limitadas atrapalharam e ainda atrapalham o processo de compreensão de outros conceitos relacionados à sexualidade dos indivíduos que compõem os mais variados grupos sociais, inclusive na escola. Nesse contexto, ideias como identidade de gênero e orientação sexual são ofuscadas por ideais moralistas que são aprendidos de geração em geração.

Torres (2013) ainda ilustra o cenário onde o jovem que se expressa como gay, lésbica, bissexual, travesti e transexual está inserido na escola, e a necessidade de se trabalhar para a manutenção de seus direitos e a necessidade de proteção contra violências que possam acontecer nesse ambiente escolar. Além disso, também reafirma a necessidade de se garantir a laicidade do estado a fim de que a discussão em torno da sexualidade da criança e do jovem não seja baseada em preceitos morais e religiosos. Embora se saiba que as questões religiosas precisam ser respeitadas no Brasil, um dos países mais ricos culturalmente no que diz respeito às manifestações desse teor, é preciso garantir que transexuais e travestis sejam reconhecidas por seu nome social, que educadores sejam questionados ao praticar piadas contra gays e garantir outros eventos que proporcionem discussões acerca dos direitos da

população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT, sobretudo na escola.

Uma característica forte das configurações da educação formal apresentada por Torres (2013) é a de disseminadora de preconceitos, infelizmente, muito do que é discutido na escola apresenta as questões da sexualidade vinculadas apenas às questões biológicas, o que colabora para o crescimento de opiniões baseadas nos conceitos religiosos de homem e mulher, criados por Deus com sexualidades e papéis definidos na sociedade, passíveis de condenação diante de seus pecados. Essa ideia fere diretamente a ideia de Estado laico e dificulta o debate em torno da sexualidade humana, bem como a aceitação de conceitos que fujam da heterossexualidade na escola. Tais preconceitos, segundo o autor, podem criar permissões para que a violência seja praticada contra lésbicas, gays, travestis e transexuais.

Lopes (2013) apresenta a questão da sexualidade como sendo tratada por educadores como uma dimensão ainda relacionada à vida privada do indivíduo e não, como se espera, relacionada às questões sociopolíticas e culturais as quais precisam ser discutidas. Tal comportamento, para o autor, anula a escola enquanto agente formador do aluno como membro de um grupo social. O mesmo acontece com as questões de gênero, que são excluídos na dinâmica de que a escola deve ater-se às questões do intelecto e não do corpo humano e suas complexidades.

O autor também afirma que muitos estímulos externos, como a TV e a internet, têm proporcionado colaborações expressivas na inclusão dos temas referentes ao corpo, à sexualidade e ao gênero ao ambiente escolar. Cada vez mais os gays, as lésbicas, os transexuais e travestis são representados na mídia e seus produtos, o que torna a discussão impossível de não acontecer no ambiente escolar. Lopes (2013) ainda afirma que embora esses assuntos surjam naturalmente em sala de aula, os educadores ainda encontram dificuldade e resistência para desenvolver tais pensamentos.

Lopes (2013) ainda cita as teorias que buscam redimensionar as definições e padronizações da sexualidade, criando o diálogo transversal entre as diversas possibilidades nesse sentido. A chamada teoria *Queer*, que em português não encontrou uma palavra que a traduzisse, busca fazer com que as diversas nomeações e definições sejam aceitas de forma natural sem a necessidade de submetê-las a padrões sociais já enraizados. Não se trata da imposição de novos padrões ou nomenclaturas, mas sim, de criar alternativas para que as diferenças sejam problematizadas com assertividade nos diversos ambientes sociais, sobretudo na escola.

4. Formação docente para Direitos Humanos e Sexualidade

Mesmo a passos curtos, a discussão sobre educação e direitos humanos ascende em diversos setores sociais brasileiros, sobretudo na escola e entre os educadores. Para Candau e Sacavino (2013), a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003:2006) contribuiu significativamente para que o assunto adentrasse os setores relacionados à educação. As autoras afirmam que, embora se debata os temas relacionados aos direitos humanos, pouco se problematiza sobre tais assuntos elevando a qualidade das discussões e a busca por avanços que extrapolem os limites das conceituações e coloquem as metodologias pedagógicas a serviço de objetivos específicos.

Candau e Sacavino (2013) esclarecem que o uso de processos pedagógicos centrados em processos frontais, baseados apenas em exposições verbais, contribuem para a disseminação de conceitos acerca dos direitos humanos mas não contextualiza o debate em questões sociais e históricas sobre o tema. As autoras também salientam a importância do desenvolvimento de processos formativos para educadores direcionados a temas específicos de acordo com as demandas de determinada comunidade como, por exemplo, a sexualidade. É importante levar em consideração diferentes dimensões presentes nos processos de ensino-aprendizagem, tais como: ver, saber, celebrar, sistematizar, comprometer-se e socializar, integrando-os a fim de criar experiências que dinamizem a formação de educadores.

No mesmo artigo, Candau e Sacavino (2013) elencam os principais desafios da formação de educadores para o contexto da educação em Direitos humanos e, conseqüentemente, sexualidade: Desconstruir a visão do senso comum sobre os Direitos Humanos; Assumir uma concepção de educação em Direitos Humanos e explicitar o que se pretende atingir em cada situação concreta; Articular ações de sensibilização e de formação; Construir ambientes educativos que respeitem e promovam os Direitos Humanos; Incorporar a educação em Direitos Humanos no currículo escolar; Introduzir a educação em Direitos Humanos na formação inicial e continuada de educadores; Estimular a produção de materiais de apoio. Em linhas gerais as autoras salientam a importância de preparar o professor para incorporar conceitos à práticas que tornem a assimilação dos temas mais efetiva.

5. Metodologia: Relato - Projeto para abordagem da sexualidade com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II e Ensino Médio

O projeto, intitulado Humanidade em nós, foi realizado em uma escola pública de ensino Fundamental II (9º ANO) e Ensino Médio (1º ANO) de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Cerca de 40 alunos participaram das iniciativas propostas através do professor mediador da Unidade de Ensino. As disciplinas de sociologia e história foram as bases para a aplicação das atividades que incluíram também outras disciplinas, conferindo ao projeto caráter interdisciplinar.

Observando a queda no desempenho de alguns alunos específicos, a professora mediadora criou espaços para o diálogo com os mesmos para entender as razões que levavam à queda dos resultados escolares ao longo da experiência escolar desses alunos. Através dessas conversas constatou-se que muitos deles estavam relacionados a problemas ligados ao entendimento da própria sexualidade desses alunos, o que os levava a dispendar mais tempo preocupados em entender a si próprios do que desempenhando suas atividades escolares.

Para ajudar esses alunos nessas dificuldades, criou-se o projeto Humanidade em Nós, tendo como justificativa principal a necessidade de auxiliar esses alunos no entendimento dos diversos aspectos da sexualidade através de atividades práticas relacionadas ao diálogo e aceitação.

Dentre os objetivos do projeto destaca-se a criação de um espaço favorável à conversa sobre assuntos que rondam a vida desses adolescentes passando por diversos aspectos cotidianos de sua sexualidade. Outro objetivo do projeto é a promoção de práticas de cidadania a partir da escola e os membros da comunidade escolar visando o respeito e acolhimento necessário às diversas possibilidades de personalidade e sexualidade.

O projeto também estabeleceu como meta o desenvolvimento dos alunos e comunidade escolar em torno da conscientização em relação à condição humana em sua complexidade, estimulando o entendimento das diversas possibilidades no que se diz respeito ao comportamento dos indivíduos que compõem um determinado grupo social e os diferentes aspectos de personalidade que podem ser encontradas nesses indivíduos.

Como resultado, também se esperou resgatar e restaurar os valores humanos delimitando o papel dos jovens estudantes enquanto protagonistas do processo de desenvolvimento da sociedade e a aceitação das diferenças a fim de garantir a todos os indivíduos seus direitos humanos, especialmente no que diz respeito à sexualidade e diversidade sexual, sobretudo no ambiente escolar.

Para tanto, a partir do segundo semestre de 2016, foram organizados momentos de diálogo com indivíduos pertencentes àquela comunidade escolar que pudessem ilustrar a interferência da sexualidade em seu cotidiano, ou seja, que

desmistificassem preconceitos presentes no ambiente escolar e em diversos setores da sociedade em geral em torno da diversidade sexual humana. Esses espaços eram proporcionados pela própria escola, conferindo ao projeto a devida credibilidade e proporcionando a possibilidade de conversar sobre um assunto, até então, considerado proibido.

Uma pessoa heterossexual, um casal homoafetivo e uma mulher lésbica foram escolhidos entre os alunos para contar suas experiências em relação à descoberta de suas sexualidades a fim de quebrar os tabus em torno do assunto e remover as barreiras existentes para o debate da sexualidade na vida de cada estudante da escola. A conversa durou cerca de duas horas e foi iniciada com um vídeo sobre o tema que introduziu os participantes no assunto que seria abordado pelos escolhidos.

Durante a conversa, os alunos puderam expor suas experiências relacionadas à sexualidade de maneira informal, como um bate papo, o que fez com os demais estivessem à vontade para trazer questionamentos à discussão e expor também suas experiências. Outro fator importante foi o fato de os escolhidos fazerem parte da mesma comunidade escolar, o que aproximou os ouvintes do discurso e das experiências contadas.

6. Discussão e resultados

O desenvolvimento do Projeto Humanidade em Nós proporcionou a aplicação prática de conceitos referentes à sexualidade entre os jovens da referida escola pública. Além disso, colocou em evidência discussões que antes eram protegidas por questões puramente conservadoras que dificultavam o acesso à informação e à troca de experiências.

Um ponto muito importante foi a abertura criada para que alunos com problemas relacionados à sexualidade procurassem professores para expor suas dificuldades e serem cuidados de forma específica, levando em consideração seu desempenho escolar e, sobretudo, seu desenvolvimento enquanto pessoa humana. Desta forma, além de garantir que a sexualidade não interfira na assimilação dos demais itens do currículo pedagógico o projeto também auxilia na preparação desses jovens para as demandas sociais externas ao ambiente escolar.

Muitos desses jovens passam por diversas dificuldades para trabalharem suas identidades ao longo da juventude, conversar sobre o tema, deixa-los livres para falarem e procurar ajuda foi de primordial importância para conhecer caso a caso e

fazer com que essas questões deixassem de serem tabus e fossem trabalhadas de forma positiva.

7. Considerações Finais

A exposição de casos como o relatado neste artigo reforça a importância de práticas pedagógicas que se distanciem apenas de conceitos e teorias no que se diz respeito aos Direitos Humanos, especialmente a sexualidade, que além de ser um assunto complexo ainda enfrenta fortes resistências em diversos setores da sociedade.

Tornar esses assuntos acessíveis a jovens e adolescentes cria um ambiente mais confortável para se encarar as diversas possibilidades de sexualidade e gênero a quais todo ser humano está vulnerável. Deixar de abordar a sexualidade como um problema e passar a incluí-la em aspectos comuns à personalidade é de extrema importância para que não haja lacunas na formação da pessoa humana, formação essa que tem grande parte acontecida dentro dos limites da escola.

Do mais é inaceitável que uma dimensão pessoal de uma pessoa possa interferir negativamente em seu desenvolvimento escolar, fazendo com essa experiência seja traumática ao invés de enriquecedora. Trata-se de uma urgência preparar a escola e os educadores para atenderem a essas demandas e criar ambientes favoráveis que preparem os alunos para encararem sua sexualidade da maneira mais positiva possível, sem afetar sua aprendizagem.

A discussão da sexualidade precisa estar em pauta nas discussões pedagógicas, na elaboração de planos de ensino e no cotidiano escolar para que, a cada dia, deixe de ser um tabu e passe a ser apenas mais um aspecto do comportamento do indivíduo a ser considerado no processo pedagógico. Trata-se de uma atitude que precisa ser desenvolvida a partir de iniciativas pessoais de educador para educador e ganhar, ao longo do tempo, a devida proporção e importância.

O ambiente acadêmico é a porta de entrada primeira para a discussão da sexualidade, abordar o tema já na licenciatura colabora de forma positiva para que professores estejam preparados para enfrentar seus preconceitos e saberem administrar situações que possivelmente encontrarão na rotina escolar.

8. Referências

CANDAU, V. M. F. SACAVINO, S. B. Educação em direitos humanos e formação de educadores. Educação., v. 36, n. 01, p. 59-66, jan./abr. 2013. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12319/8741>. Acesso em : 07 de jul 2017.

CARDIERI, E. Direitos Humanos e Formação de Educadores: Algumas Reflexões. **Form. Doc.**, v. 03, n. 04, p. 23-32, jan./jul. 2011. Disponível em <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>. Acesso em : 07 de jul 2017

LOPES, L. P. M. Sexualidade em sala de aula: discurso, desejo e teoria *queer*. In: **Multiculturalismo, Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013. p. 125 – 148.

MEINERZ, N. E. Desigualdades de Gênero no Brasil. In: **Desigualdade de Gênero, Raça e Etnia**. Curitiba: Intersaberes. 2012. p. 79 – 96.

MELO, A. Temas Contemporâneos da relação entre educação e cultura. In: **Fundamentos Socioculturais da educação**. Curitiba: Intersaberes. 2012. p. 83 – 156.

TORRES, M. A. As sexualidades, o preconceito contra LGBT e a escola. In: **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013. p. 31 – 48.

_____. A cidadania LGBT nas configurações da educação formal e da educação não formal. In: **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013. p. 49 – 64.